

# Salários variam de acordo com órgão

ALDO RENATO SOARES

**BRASÍLIA** — Os salários pagos pela administração federal oscilam bruscamente de acordo com a fonte pagadora. Um dentista subordinado a um ministério ganha, em média, NCz\$ 1.700, enquanto o mesmo profissional recebe NCz\$ 6.200 trabalhando para o Congresso. Um programador do Executivo tem um salário de NCz\$ 1.300 mas, no Legislativo, o salário salta para NCz\$ 5.300.

Segundo o secretário de Recursos Humanos da Secretaria do Planejamento da Presidência da República (Seplan), Elói Corazza, o Legislativo paga aos seus funcionários duas vezes e meia, em média, a remuneração de um funcionário do Executivo.

No Judiciário, essa relação é duas vezes maior.

Pelos dados enviados ontem ao Congresso pela Secretaria de Recursos Humanos da Seplan, a remuneração média de um funcionário do Ministério Público do Trabalho era, em maio, 3.219 Bônus do Tesouro Nacional (BTNs). Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o salário era de 1.705 BTNs. A diferença entre os três poderes é muito grande: o salário médio, em maio, no Congresso, era de 2.146 BTNs, no Judiciário 1.654 BTNs e no Executivo 853 BTNs.

Nem todos do Executivo são mal remunerados. No Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, o salário médio, em maio, correspondia a 3.956 BTNs. Os servidores do

Ministério Público Militar recebiam 3.836 BTNs. No Poder Legislativo, o salário mais alto, em maio, equivalia a 2.932 BTNs, ganho pelos funcionários do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen).

De acordo com a Seplan, houve uma redução de oito mil funcionários na administração direta, órgãos autônomos, autarquias e fundações em relação a setembro do ano passado. Corazza disse que o governo não ocupou as vagas de servidores aposentados, mortos ou que se afastaram. Atualmente, existem 882.126 funcionários da administração direta e 134.747 que recebem do Tesouro, mas não integram o Sistema de Pessoal Civil (Sipec).